

# ECONOMIA VERDE

Uma Visão Social Democrata  
sobre o Desenvolvimento Sustentável

Xico Graziano

outubro/2009

## :: Introdução

*O PSDB precisa firmar, claramente, um compromisso com a política ambiental. Na crise ecológica se encontra o dilema da modernidade. O esgotamento dos recursos naturais e a poluição, incluindo os gases de efeito estufa, estão comprometendo a qualidade de vida da presente e das próximas gerações. Isso é muito grave. Trata-se de uma ameaça global sobre a civilização, como nunca antes imaginado na História.*

*Cabe aos partidos políticos, no exercício do poder legítimo conquistado pelo voto, em conjunto com outros atores sociais, a tarefa de liderar a transformação da sociedade e da economia no rumo da produção e do consumo sustentáveis. Inexiste outro caminho para aqueles que cultivam a democracia e acreditam na participação popular. O processo de mudança, porém, para ser efetivo e duradouro, deve estar fundamentado em idéias e propostas claras, coerentes, consentidas pela maioria da sociedade.*

*Esse texto apresenta uma visão sobre o desenvolvimento sustentável no Brasil. Seu objetivo é contribuir com as idéias políticas em debate no país, especialmente com o ideário social democrata, presente em vários partidos. Pretende, modestamente, servir como base teórica para a formulação de propostas de governo, aquelas capazes de promover a transição da economia predatória para a sociedade harmônica do futuro.*

## :: Sustentabilidade além da moda

Tema complexo, antes restrito aos ambientalistas e estudiosos, agora o desenvolvimento sustentável participa abertamente das discussões políticas, integra as atividades empresariais, atinge a mídia. A sociedade brasileira acorda para um debate fundamental sobre seu próprio futuro. Ainda preliminar, mas muito positivo.

O grande momento dessa tomada de consciência coletiva aconteceu em fevereiro de 2007, quando o IPCC (Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas/ONU) divulgou seu 4º Relatório sobre o aquecimento global. As sombrias previsões dos cientistas provocaram, não à toa, intensas notícias na mídia mundial, com destaque para as dramáticas consequências do fenômeno climático sobre o modo de vida dos cidadãos. Anunciaram a crise ambiental global.

No Brasil, o debate esquentou mais recentemente com as movimentações das candidaturas presidenciais e a proximidade, em dezembro de 2009, da grande reunião promovida pela ONU, em Copenhague, sobre as mudanças de clima. Nas discussões sobre a matéria, flagrantemente se percebe a fragilidade do governo federal na consecução de sua política ambiental. Com respeito às discussões internacionais, critica-se a timidez e a dubiedade da posição brasileira no combate aos gases de efeito estufa (GEE).

O estardalhaço político a respeito do Pré-sal bem exemplifica o menosprezo ambiental que grassa em Brasília. Enquanto o mundo todo discute e avança na busca das fontes alternativas de energia, aqui se verifica um endeusamento atrasado dessa energia fóssil, cujo elevado teor de CO<sup>2</sup> vai contribuir fortemente para agravar o efeito estufa da Terra.

A ousadia ambiental do governo de São Paulo, demonstrada na aprovação de sua Política Estadual de Mudanças Climáticas (PEMC), faz um contraponto com as posições conservadoras emanadas de Brasília. Ao estabelecer, para 2020, uma meta de redução de 20% dos GEEs, induz a economia paulista à



*O crescimento econômico atual não pode emitir notas promissórias contra o futuro*

grande modificação, sinalizando claramente a necessidade de se planejar a nova economia verde do futuro.

Desenvolvimento sustentável se constrói na dureza da prática, não apenas no fácil discurso do momento. São Paulo e o Brasil precisam crescer economicamente, para assegurar melhor qualidade de vida ao seu povo. Mas enfrentar a realidade do presente não autoriza comprometer a vivência do futuro, destino certo conduzido pelo modo de produção erigido desde a Revolução Industrial. Uma mudança de paradigma.

Nem a esquerda tradicional, nem a direita liberal, compreendem claramente os problemas ecológicos da Humanidade. A variante sindicalista, presente por aqui, lamentavelmente enxerga o requisito da sustentabilidade como um deboche elitista, um freio ao crescimento do PIB. Compartilha, assim, do pensamento das elites antigas do empresariado. Idéias ultrapassadas.

Na ingenuidade verde, por outro lado, mora certa desconsideração sobre a necessidade, via processo econômico, da melhoria da qualidade de vida da população. Parece confundir o Brasil com a Europa. Considerando as desigualdades sociais existentes, não se pode, em nome da preservação ambiental, cessar o crescimento econômico, deixando de gerar empregos e renda para as famílias. Isso representaria reconstruir uma sociedade atrasada.

Superar esse dilema – destruir ou preservar - exige assumir, e expor claramente, a bandeira da sustentabilidade. Há que se defender a produção material, na indústria e na agricultura, na cidade e no campo, condicionando-a sempre, aos requisitos da proteção ambiental. O resultado será uma nova economia, baseada em inovadoras tecnologias, gerando produtos e serviços amigáveis, não agressivos, ao meio ambiente.

Nem um nem outro. Entre o crescimento predatório e o preservacionismo puro, encontra-se exatamente o desenvolvimento sustentável, síntese do progresso humano com equilíbrio da natureza. Aqui mora o grande desafio do século 21: unir a ecologia com a economia, assegurando boa qualidade de vida, garantindo a coexistência da evolução humana com a manutenção da vida planetária e sua biodiversidade.

Fácil de falar, difícil de fazer. Aturdidos pela crise ambiental, todos parecem concordar com o tema do desenvolvimento sustentável. Mas, na prática, sua efetivação segue canga. Basta ver a polarização de opiniões no caso da construção das grandes hidrelétricas. As fortes restrições colocadas pela ingenuidade verde se chocam com a truculência obreira dos devastadores de sempre. Ganha o conflito, perde a energia renovável.

## :: Ambientalismo com resultados

A preocupação com a questão ambiental surgiu após os primeiros efeitos danosos da Revolução Industrial. Mas levou dois séculos até que o movimento ambientalista ganhasse importância política, enraizando-se pelo mundo desenvolvido somente na metade do século 20.

Esse período inicial do ambientalismo se caracterizou pela denúncia dos problemas ecológicos provocados pela economia industrial e pelas formas predatórias da prática agrícola. Em 1972, a ONU promove a primeira Conferência sobre meio ambiente, em Estocolmo, denominada “O Homem e a Biosfera”. Governos nacionais começam a dedicar maior atenção ao problema ambiental.

No Brasil, nos anos 1970, jovens contestadores iniciavam sua pregação ecológica contra a poluição das chaminés nas regiões metropolitanas. A tentativa de construção de um grande aeroporto em Caucaia do Alto, São Paulo, mobilizou a opinião pública pela preservação do verde nos mananciais. Uma maluquice na época.

O problema dos agrotóxicos, denunciados por Raquel Carson no livro “Primavera Silenciosa”, estimulava o movimento alternativo dos agrônomos, especialmente na luta contra o uso dos contaminantes agrotóxicos clorados (DDT e BHC). Surge assim, progressivamente, certa consciência ambiental na sociedade.

Uma segunda fase do ambientalismo se caracteriza pela articulação institucional. Em 1973, o governo federal, ainda militar, cria a Secretaria Especial do Meio Ambiente, vinculada ao Ministério do Interior. Em São Paulo, em 1983, o governador Franco Montoro instala o CONSEMA - Conselho Estadual do Meio Ambiente, marco importante na história do ambientalismo brasileiro, abrindo pela primeira vez as portas



*A Virtude no  
caminho do meio*

oficiais para a participação da sociedade civil.

Criada em 1986, a Secretaria do Meio Ambiente/SP aglutina a CETESB e recebe a área de recursos naturais, até então gerenciada na Secretaria da Agricultura. Seguindo o exemplo paulista, vários outros estados reorganizam suas estruturas de ação para incorporar a dimensão ambiental. Meio ambiente passa a fazer parte da estrutura dos governos estaduais. Na Constituição de 1988, define-se o marco legislativo da matéria ambiental.

Significativos avanços podem ser registrados. Mas um balanço geral do ambientalismo brasileiro mostraria, realisticamente, que as ações efetivas em defesa do meio ambiente levam tempo para vingar. A trajetória segue positiva, o discurso ganhou elaboração, mas muito vagarosamente se chegam às soluções. Com a entrada do aquecimento global na agenda e a demanda por soluções urgentes, tudo parece acontecer lentamente.

Chegou, portanto, o momento de entrar na terceira onda do ambientalismo, aquela que prioriza resultados: a fase da gestão ambiental. Há que se superar a retórica e avançar nas propostas concretas em defesa da sustentabilidade, trocando o discurso pela eficácia. Essa tarefa, da gestão ambiental com resultados, cabe à social democracia assumir com toda a força.

## :: Esquerda ou direita?

O ambientalismo sempre mostrou dificuldades para ser ideologicamente rotulado. As críticas ecológicas direcionadas ao capitalismo selvagem poderiam ser igualmente dirigidas ao socialismo autoritário. Quando o ambientalismo nasceu, ainda na época da Guerra Fria, o mundo dividido entre capitalistas e comunistas, parecia bucólico discutir a depredação da natureza.

No fundo, mesmo concorrendo entre si pela supremacia mundial, EUA e URSS mostravam a mesma visão sobre o progresso e a sua relação com a natureza, ou seja, nunca ligaram verdadeiramente para a devastação ecológica. A poluição era vista, por ambos os lados, como o “preço do progresso”.

A diferença dependia da liberdade de expressão. Na cortina de ferro soviética, os graves problemas da economia centralizada pelo Estado pouco apareciam. Nos países livres, ao contrário, a imprensa livre dava vazão às modernas críticas do ambientalismo, aproximando-o dos contestadores do sistema capitalista.

Por essa razão, os ambientalistas foram chamados pelos conservadores de “melancias”, quer dizer, verdes por fora, vermelhos por dentro. Esse apelido justificava-se mais pela novidade que os ecologistas representavam do que propriamente por suas posições políticas.

Na esquerda socialista, sem nenhuma tradição com o tema ambiental, muitos os consideravam uma espécie de anarquistas verdes, chamados depreciativamente de “porraloucas”. Os marxistas entendem que a contradição fundamental da sociedade se dá entre o capital e o trabalho, não na relação do homem com a natureza.

Após o fim do comunismo e a distensão política mundial, grupos de ecologistas europeus fundam os partidos verdes, mostrando independência da política tradicional. Ao mesmo tempo, em todo o mundo, as modernas questões que en-



*O desenvolvimento sustentável aceita apenas um rótulo, o da modernidade. Aqui mora o grande debate do século 21.*

volvem a relação do homem com a natureza começam a ser adotadas pelos antigos partidos políticos, sem distinção ideológica.

Ao chegar ao Brasil, onde o sistema partidário se conduz sabidamente mais frágil, uma miscelânea de posições se constitui, confundindo a coloração ideológica do ambientalismo. O antigo rótulo, aliás, anda confuso em geral. Embora na compreensão dos problemas sociais e no trato da desigualdade humana possam-se distinguir posições progressistas e retrógradas, de resto como enquadrar o “chavismo”? Ou o “lulismo”? Aparelhar o Estado pela companheirada soa esquerda, em nome da revolução, ou direita, nas vantagens pessoais?

O MST, por exemplo, pertence à esquerda radical, com formação ideológica oriunda das comunidades de base católica. Na luta agrária, todavia, as invasões de terras destruíram grandes remanescentes florestais, no interior e no litoral do país. Florestas se consideram ainda “terra ociosa”, não “reserva de biodiversidade”. Os dados sobre desmatamento na Amazônia são fartos em mostrar que a motosserra destrói e queima sem distinção tanto nos assentamentos rurais quanto nas grandes propriedades.


Fica cada vez mais claro que o dilema político contemporâneo não se situa mais no contexto do debate ideológico sobre “esquerda versus direita”. Para o ambientalismo, pouco importa saber se o regime é capitalista ou socialista, neoliberal ou estatizante. A questão fundamental reside na compreensão sobre o caráter do desenvolvimento, se sustentável ou predatório. Progressistas defendem as energias renováveis, para fugir do petróleo; conservadores querem mais termoelétricas movidas à óleo combustível. Por aí vai a questão.

Alinhar-se com as propostas ambientalistas exige superar os cacoetes da política tradicional, especialmente o ultrapassado debate entre direita versus esquerda. O desenvolvimento sustentável aceita apenas um rótulo, o da modernidade. Aqui mora o grande debate do século 21.

## :: A discussão sobre sustentabilidade

O conceito do desenvolvimento sustentável se assentou apenas em 1987, no relatório intitulado Nosso Futuro Comum, preparado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento da ONU. Antes disso, o economista polonês Ignacy Sachs já defendia pioneiramente o “ecodesenvolvimento”, termo conciliatório entre o desenvolvimento econômico e a conservação ambiental.

Resultado da Cúpula da Terra, conforme também se denominou mais tarde a Conferência Rio/92, a Agenda 21 estabeleceu uma ação planetária buscando promover um novo padrão de desenvolvimento, aglutinando proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica. A tese da sustentabilidade avançou a partir daí. Para ser sustentável, o processo de desenvolvimento deve ser, ao mesmo tempo, ecologicamente equilibrado, socialmente justo e economicamente viável. Tripé do futuro.



*Para ser sustentável, o processo de desenvolvimento deve ser, ao mesmo tempo, ecologicamente equilibrado, socialmente justo e economicamente viável.*

Adotada amplamente, a sustentabilidade entrou na agenda política nessa primeira década do século 21. Tal passo foi fundamental na história do ambientalismo. Mas a expansão na utilização do conceito provocou o surgimento de algumas importantes deformações. Vale a pena explicitá-las.

A primeira delas entende a sustentabilidade como mero sinônimo de preservação ambiental, desprezando o lado econômico da questão. A defesa do futuro do planeta considera, nessa linha, apenas os ditames da biodiversidade, menosprezando os dilemas da civilização humana e, conseqüentemente, de seu desenvolvimento econômico.

O mundo sustentável que se deseja construir não prescinde da oferta de melhor qualidade de vida à população, especialmente dos segmentos sociais menos favorecidos. A nova sociedade não pode carregar a miséria humana e esta deve ser compreendida dentro do contexto da ecologia mundial.

Inexiste defesa ambiental sem inclusão humana.

A segunda deformação supervaloriza a questão da justiça social em detrimento da preservação ambiental. Essa vertente carrega a sustentabilidade como agenda de combate à exclusão social. O apelo ecológico, nesse caso, é usado apenas para modernizar o discurso.

A terceira deformação reside na diferença no enfoque da sustentabilidade entre a condição dos países ricos, desenvolvidos, e o Brasil. Na Europa, por exemplo, a população se encontra estável há décadas, com elevada renda média, benefícios sociais abrangentes, boa educação. Idem nos EUA. Erra quem quiser importar literalmente a agenda ambiental dessas sociedades de elevado padrão de vida, trazendo-a para os países em desenvolvimento.

Pode-se afirmar que uma das falhas do pensamento ecologista, no Brasil especialmente, refere-se à desconsideração da variável populacional. Desde Malthus e seu ensaio sobre a população (1798), os economistas se preocupam com a pressão sobre os recursos naturais, especialmente quanto à deficiência da oferta de alimentos. Esse era o enfoque do conhecido Clube de Roma, há 40 anos.

O avanço da tecnologia, porém, acabou superando o desafio malthusiano, elevando a produtividade da agropecuária acima do crescimento populacional. Desde então se compreende que a fome deve-se, não à falta de comida, mas à insuficiente renda no bolso das famílias pobres. Em decorrência, Norman Bourlaug, agrônomo norte americano responsável pela revolução verde, recebeu o Nobel da Paz em 1970.

Bem mais recentemente, uma visão semelhante intitulou de “pegada ecológica” essa pressão civilizatória sobre uma determinada área do território. O cálculo dessa ameaça representa uma grande sacada. Nesse prisma, os estudos tornam óbvio que os processos produtivos e o padrão de consumo, somados à população existente, elevam o potencial de dano ambiental, afetando a qualidade de água, solo, ar, clima, biodiversidade.

Sustentabilidade, na origem do conceito, somente pode ser construída a partir das condições objetivas da realidade, em cada ecossistema, cada economia, cada cultura. Pois bem. O crescimento da população em países como o Brasil, exigindo empregos, moradia, serviços e produtos, acrescenta uma variável básica à ecologia, entendida aqui em sua definição elementar: a casa onde se mora. Por isso, papaguear o discurso ambiental de fora soa equivocado.

A quarta deformação no conceito básico costuma ser endossada pelas empresas privadas, que confundem a sustentabilidade com filantropia. Elas se aproveitam do viés social para, espertamente, aplicar verbas da sua área de marketing em projetos variados nas favelas da periferia, por exemplo. Pensam, assim, se destacar na liderança no mercado,

granjeando simpatias da opinião pública. O compromisso com o “social” suplanta a necessária produção mais limpa, mostrando apenas uma jogada propagandística, espécie de marketing ambiental. Mera firula.

Apoiar a filantropia ou neutralizar as emissões de carbono plantando árvores faz parte do processo de mudança, mas configura uma condição necessária, não suficiente. Assemelha-se ao comportamento individual daquelas pessoas que aceitam e concordam com a agenda ambiental, porém continuam a utilizar-se do automóvel sem necessidade, colocar blusa para suportar o frio do ar condicionado, jogar óleo de fritura na pia da cozinha, consumir exageradamente, entupindo o mundo com o desperdício das embalagens.

Resumindo, o compromisso com o desenvolvimento sustentável exige considerar as características de cada sociedade e sua relação com o meio ambiente. Não se trata de uma ideologia política, muito menos de modismo. Significa a adoção de novo paradigma na economia, a descoberta de uma nova sociedade. Não será fácil, nem rápida, sua construção. Mas vai acontecer.



*Inexiste defesa  
ambiental sem  
inclusão humana.*

## :: Social Democracia e ambientalismo

Desde suas origens, na Europa, a agenda ambiental esteve próxima da social-democracia. Entre os anos de 1960 e 1970, os reclamos ecológicos receberam decisiva contribuição dos partidos reformistas, especialmente da social democracia alemã e escandinava. Na seqüência, organizaram-se os partidos verdes, quase sempre ligados aos governos sociais democratas.

Na vertente brasileira, as ações do governo de Franco Montoro e, logo depois, a atuação política da social democracia no período constitucional, asseguraram os direitos ambientais na Carta Magna de 1988, através principalmente do então deputado Fábio Feldmann.

Quando da realização da Conferência Rio 92, ainda no governo Collor, ocupava o Itamaraty o Embaixador Celso Lafer, intelectual ligado à social democracia. Centenas de entidades não governamentais, do mundo todo, pressionaram os governos na elaboração da Agenda 21, tendo no governo brasileiro o apoio necessário de sua Chancelaria.

Aqueles que acreditam que o Brasil começou em 2003 se esquecem, mas os compromissos nacionais com a gestão ambiental surgem pela articulação política do PSDB. É simbólico registrar que a primeira medida tomada por FHC, logo em 1995, elevou a reserva legal na Amazônia Legal de 50% para 80%, visando enfrentar o desmatamento da Hiléia. Aplauso geral.

Na seqüência do governo tucano, surge a Política Nacional de Recursos Hídricos (1997), a Lei de Crimes Ambientais (1988), a Política Nacional de Educação Ambiental (1999), a criação do SNUC-Sistema Nacional de Unidades de Conservação (2000) e a Agência Nacional de Águas (2000), que passa a tratar de forma estratégica a gestão dos recursos hídricos. As conquistas patrocinadas pela social democracia no Brasil fortalecem o aparelho de Estado, preparando-o para a defesa ambiental.

O Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas, criado em 2000, presidido pelo próprio Presidente da República, surge com o objetivo de posicionar o Brasil no contexto internacional, tendo um papel rigorosamente decisivo na aprovação do Protocolo de Kyoto em 1997. O MDL – Mecanismo de Desenvolvimento Limpo nasceu como resultado de uma proposta brasileira.

## :: A marca da gestão ambiental

Todos reconhecem em José Serra um governante obstinado na busca da eficácia da gestão pública. Quando Ministro da Saúde comprovou sua fama, característica que imprime agora no governo de São Paulo. Nas questões ligadas à proteção da natureza, a ênfase por resultados também pauta a atuação da Secretaria Estadual do Meio Ambiente (SMA).

A experiência das negociações internacionais, que levaram ao Protocolo de Montreal (sobre a camada de ozônio, em 1987) e ao Protocolo de Kioto (sobre o efeito estufa, em 1997), mostrou que estabelecer metas e quantificar processos faz bem ao desenvolvimento sustentável. Agora, visando a COP-15, em Estocolmo, a mensuração das políticas ambientais se exige sob transparência total.

Seguindo essa orientação, 21 projetos ambientais estratégicos se desenvolvem sob coordenação da SMA, estruturando um modelo renovador e articulado de gestão. Leis específicas normatizaram a regularização e a proteção dos mananciais metropolitanos. Com a criação da Nova CETESB, ao invés de ser achincalhado, o licenciamento ambiental paulista, agora unificado, ficou mais rigoroso.

Na reforma da SMA, ficaram fortalecidas as áreas do planejamento, da recuperação da biodiversidade e da educação ambiental. Um concurso público lotou o quadro de pessoal com 300 novos especialistas ambientais. Tais ações estruturantes permitiram efetivos resultados na política ambiental, destacando-se a antecipação do prazo final das queimadas de cana de açúcar, a recuperação das matas ciliares, o fim dos lixões e o congelamento das ocupações na Serra do Mar e na Cantareira.

Mais recentemente, São Paulo aprovou uma lei em defesa do cerrado paulista, única existente no país. Página virada no desmatamento, a formação de corredores ecológicos assume agora a prioridade. Enquanto arde a Amazônia, cerca de 400 mil hectares de matas ciliares se recuperam no interior do es-



*São Paulo é hoje o único estado brasileiro a aprovar uma Lei de Mudanças Climáticas com metas claras de redução dos GEEs, que orgulhosamente serão levadas para Copenhagen, em dezembro.*

tado, acompanhando o curso dos riachos, protegendo as nascentes. A fiscalização foi reforçada: 2200 policiais militares ambientais zelam, ao lado dos técnicos, pela proteção dos recursos naturais do estado. Em comparação, dizem existir, em toda a Amazônia, apenas 900 fiscais federais.

Uma Nação forte somente emergirá com a valorização de sua base, do engrandecimento da sociedade local. Pensar global, agir local: esse é o lema do projeto Município Verde/Azul, que estimula as Prefeituras a investir, construindo parcerias, na defesa ambiental. Seus excelentes resultados demonstram o sucesso da política ambiental descentralizada.

São Paulo é hoje o único estado brasileiro a aprovar uma Lei de Mudanças Climáticas com metas claras de redução dos GEEs, que orgulhosamente serão levadas para Copenhagen, em dezembro. Somente a Califórnia, em todo o mundo, pratica uma política arrojada como aquela que se busca implementar no território paulista.

A decisão de São Paulo sinaliza, para toda a sociedade, a necessidade de transição para uma economia de baixa intensidade de carbono. Sua aprovação gerou uma repercussão importante no Brasil e nas negociações internacionais. São Paulo não teme o desafio da agenda ambiental.

## :: Agenda positiva dos serviços ambientais

Uma proposta afirmativa começa a se destacar na agenda de proteção da natureza: o pagamento por “serviços ambientais” (PSA). Trata-se de um passo além dos mecanismos de “comando e controle”, que tradicionalmente procuram zelar, através da fiscalização, pela defesa ecológica. A idéia do PSA prevê remunerar aqueles que contribuem para a melhoria do meio ambiente, especialmente na manutenção das florestas, dos recursos hídricos e da biodiversidade.



*O licenciamento ambiental se caracteriza como ferramenta básica do processo de desenvolvimento sustentável*

Vários países já praticam o PSA, destacando-se a Costa Rica, na América Latina. Experiências surgem em várias localidades do Brasil, com apoio de órgãos públicos, municipais e estaduais, bem como de fundações e entidades ambientalistas. Em São Paulo, o governo estadual vai institucionalizar tal proposta, criando a figura jurídica do “provedor de serviços ambientais”, caracterizando o “protetor do verde” e o “protetor da água”.

Seja na preservação de áreas de vegetação nativa, seja na necessária recuperação de matas ciliares, capazes de formar corredores ecológicos ao longo dos corpos d’água, a estratégia do PSA apresenta enorme vantagem ao estimular uma posição proativa dos agricultores, valorizando a defesa ambiental.

A política de meio ambiente não pode continuar sendo apenas de caráter fiscalizatório, repressivo. Há que se introduzir o lado positivo, um estímulo àqueles que procedem de maneira correta. Trocar o “não pode” pelo “sim, parabéns”. Concepção afirmativa.

O mercado poderá, brevemente, incorporar essa proposta da remuneração dos provedores de serviços ambientais, atuando em moldes semelhantes aos definidos pelo protocolo de Kyoto, válido no mercado dos créditos de carbono (MDL). Inexiste ainda uma fórmula para incluir o PSA na economia real. Entretanto, áreas de recuperação ambiental ou de preservação florestal, cujas funções possam ser bem definidas, poderão, por exemplo, gerar bônus ambientais com assegurada liquidez no mercado financeiro.

## :: A polêmica da conservação florestal

O dilema da preservação ambiental se colocou inicialmente devido à devastação das florestas naturais. Historicamente a utilização de lenha como fonte de energia, necessária desde a Antiguidade para aquecer os fornos das metalúrgicas, tanto quanto as residências, provocaram constante desmatamento em vastas regiões. As paisagens áridas da Grécia hoje testemunham esse estrago ancestral.

Ações coletivas visando defender os espaços da criação natural expõem, há tempos, um respeito até religioso à natureza. No início do século 20 surgiu nos EUA a política de criação de Parques e Reservas Nacionais. O movimento preservacionista atingiu o Brasil nos anos 1950 e, nas décadas seguintes, estimulou políticas públicas capazes de assegurar bons espaços naturais intactos, a começar da Serra do Mar. Somente mais tarde, nos anos de 1980, a Amazônia virou coqueluche nacional.

Na esteira dessas preocupações, o Código Florestal (1965) inovou ao estabelecer a obrigatoriedade dos agricultores em manter uma reserva florestal nas propriedades (inicialmente de 50% na Amazônia e 20% nas demais áreas do país), além de estabelecer a intocabilidade das áreas de preservação permanente (APPs), entendidas como aquelas que protegem rios, nascentes, declives acentuados e topos de morro.

É interessante destacar que nessa legislação, pioneira, se estabelece claramente a distinção básica entre a conservação e a preservação florestal. A primeira, permitida na reserva legal, aceita o uso sustentável da floresta. Já a segunda, própria das APPs, nada permite de intervenção antrópica.

Ambos os conceitos suscitaram incontáveis debates. Estudiosos e ambientalistas se dividiram entre “preservacionistas” e “conservacionistas”, os primeiros querendo manter intactos os ambientes naturais protegidos, enquanto os segundos propugnavam sua exploração controlada.

Aqui reside a origem da discussão entre aqueles que admitem a presença humana, de populações tradicionais (caiçaras, índios, quilombolas), dentro das Unidades de Conservação, e aqueles que defendem os espaços protegidos sem ocupação humana, regredindo a área à sua condição natural. Um debate difícil.

O SNUC, Sistema Nacional das Unidades de Conservação, abriga tal dilema prevendo a instalação de reservas de desenvolvimento sustentável (RDS), naqueles locais onde existe presença humana tradicional, áreas essas que permitiriam o uso sustentável, dentro dos “mosaicos” das áreas protegidas. Embora legalmente resolvido,

muita divergência permanece entre os defensores radicais da preservação e os que propugnam a conservação da natureza junto com a presença humana.

Configura maior desafio inserir as Unidades de Conservação nas estratégias de desenvolvimento das regiões, geralmente pobres, nas quais se situam. São Paulo busca esse caminho através do turismo sustentável, abrindo suas Unidades de Conservação, principalmente no Vale do Ribeira, ao uso público controlado. Beneficia as populações locais ao mesmo tempo em que conserva a biodiversidade.



*Redistribuir  
a renda é  
fundamental para  
democratizar  
o processo de  
crescimento  
econômico. Mas  
apenas a renda  
não assegura boa  
qualidade de vida à  
famílias*

## :: Agricultura: moratória no desmatamento

Uma grande polêmica atual centra-se nas propostas que sugerem a atualização do Código Florestal. Uma vertente do ambientalismo propugna a imediata recomposição das reservas florestais nas propriedades, criminalizando os agricultores que deixarem de zerar seu “passivo” ambiental. Em contraposição, encontram-se os ruralistas mais atrasados, que defendem o desmatamento das áreas florestadas, em nome da necessidade de aplacar a fome dos miseráveis. Ambos, radicais, passam longe da sustentabilidade.

Ninguém pode ser taxado de criminoso por, no passado da ocupação, fazer aquilo que todos recomendavam, qual seja, desmatar o território, a começar da beirada dos rios e córregos. Condenáveis, isso sim, configuram aqueles que hoje, conhecendo os requisitos da modernidade, insistem em burlar o Código Florestal, como se ainda vivesse o país na época do tropeirismo. Pau neles.

Nas necessárias discussões sobre a modernização do Código Florestal, o ganho ambiental deve prevalecer sobre o acerto jurídico. Importante, mesmo, será trazer o agricultor brasileiro para o lado da ecologia, alterando sua cultura secular, ligada ao desmatamento. Quem pensa em resultados concorda com a idéia. Quem gosta do conflito, continua agredindo o produtor rural.

A agricultura sustentável exige uma mudança de postura e de atitude dos agricultores, sem contudo desmerecer o papel fundamental do agronegócio na economia brasileira. Sensato seria ocorrer uma moratória no desmatamento, de 5 anos no mínimo, durante a qual todos abrissem mão da supressão de vegetação. Seria o desmatamento Zero. Nesse período haveria tempo suficiente para se elaborar uma forma, ambientalmente correta, de permitir a exploração dos espaços rurais com o devido planejamento agroambiental.

## :: Em defesa do licenciamento ambiental

O instrumento do licenciamento ambiental, especialmente aquele próprio das grandes obras, com análise do EIA/Rima (Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto sobre o Meio Ambiente), mostra-se fundamental para assegurar maior harmonia entre os investimentos, públicos ou privados, e a natureza. Trata-se de uma conquista fundamental da agenda ambientalista.

Ao avaliar os impactos de uma grande obra, seja uma hidrelétrica, uma auto estrada ou uma grande planta industrial, o órgão licenciador condiciona sua aprovação a um conjunto de ações reparadoras, capazes de mitigar os efeitos danosos do empreendimento. Exige, ademais, compensações ambientais para preservação dos ecossistemas afetados. Assim funciona a legislação, corretamente, procurando através da análise do EIA/Rima compatibilizar, caso a caso, a agenda do crescimento com a preservação ambiental.

O processo de licenciamento ambiental tem sofrido críticas, por duas razões opostas. A primeira, patrocinada pelo poder federal, ataca o rigor da análise ambiental, denunciando como descabidas as exigências dos órgãos ambientais. Daí apareceu a polêmica do “bagre”, protagonizada pelo próprio Presidente da República, a respeito de uma espécie de peixe ameaçada de extinção devido ao represamento do Rio Madeira para construção da hidrelétrica de Jirau. Autoridades federais, apegando-se a um detalhe ecológico, procuraram desmoralizar o trabalho do IBAMA.

Esse verdadeiro lobby em defesa das grandes obras exprime uma posição retrógrada, que pressiona a favor do crescimento da economia em detrimento do meio ambiente. Na maioria dos casos, erradas não estão as exigências ambientais, mas sim falhos se apresentam os projetos técnicos, que desmerecem os impactos sobre o meio ambiente, aflorando uma engenharia



*Sensato seria  
ocorrer uma  
moratória no  
desmatamento, de  
5 anos no mínimo,  
durante a qual  
todos abrissem mão  
da supressão de  
vegetação. Seria o  
desmatamento Zero*

ultrapassada, ainda comprometida com as velhas regras da economia poluidora.

O licenciamento ambiental se caracteriza como ferramenta básica do processo de desenvolvimento sustentável. Ele deverá, sempre que cabível, estar subordinado à Avaliação Ambiental Estratégica (AAE), essencial para avaliar os impactos associados de vários empreendimentos em uma mesma região, como o litoral paulista. Pioneiramente, a AAE acaba de ser introduzida como instrumento de tomada de decisão na Política Estadual de Mudanças Climáticas em São Paulo.

Ambos, o licenciamento ambiental e a avaliação ambiental estratégica, representam instrumentos fundamentais para nortear a instalação de empreendimentos causadores de significativos impactos sobre o meio ambiental. Por isso devem ser valorizados, jamais combatidos.

## :: O egoísmo ambiental

A segunda vertente de crítica ao licenciamento cheira um fundamentalismo ambiental. Seus seguidores, embora idealistas, sublimam a preservação do ecossistema natural, agindo como se as obras fossem inúteis. Esquecem-se do necessário desenvolvimento da sociedade.

Ora, grandes obras sempre causam grandes impactos. O desafio, portanto, reside em assegurar que, através do licenciamento ambiental rigoroso, participativo e transparente, os impactos sobre o meio ambiente sejam bem avaliados, mitigados e devidamente compensados. Em tese, um empreendimento poderá, inclusive, trazer benefícios à comunidade local onde se implanta. No caso, por exemplo, do Rodoanel Mário Covas, quatro novos parques estão sendo instalados pela Dersa, oferecendo à população metropolitana áreas ambientais anteriormente degradadas.



*A construção da economia verde deve ser o carro-chefe da proposta social democrata no Brasil*

Esse ativismo purista que se atrita com o processo do licenciamento ambiental embute, em certos momentos, um elitismo típico daqueles que defendem o “meu” ambiente e não propriamente o meio ambiente. A classe média alta não gosta, por exemplo, de ver empreendimentos imobiliários se instalarem próximos de onde já residem, embora suas residências tenham exigido anterior supressão da vegetação, contra a qual lutam no momento seguinte. Uma espécie de egoísmo ambiental.

## :: O desafio do Estado ativo

Nesse momento de transformação das economias mundiais, processo inescapável ao Brasil, a presença do Estado, atuando de forma ativa, será fundamental. Nada a ver com esse debate tolo, provocado pelo lulismo, sobre “privatista” ou “estatizante”, nacionalista ou entreguista. Pura bobagem.

A social democracia deve assumir a posição em defesa de um desenvolvimento que demande mais governo e, junto, mais mercado. Mais governo para aqueles que dele necessitem, mais mercado para o conjunto das ações empresariais. E, sobretudo, mais sociedade, quer dizer, maior participação do terceiro setor, não estatal nem comercial, no monitoramento e solução dos problemas ambientais.

Nada será fácil, nem obrigatório. Acontece que o mercado, por si só, jamais conseguirá, no tempo hábil, caminhar no sentido desejado do desenvolvimento sustentável. Poderá, talvez, com apoio de novas tecnologias e mudança de métodos, aprimorar seus processos, reduzindo parte da poluição.

Mas somente a participação do Estado, de forma ativa e consciente, será capaz de impulsionar a mudança do paradigma da economia, alterando a sociedade. Aqui está o xis da questão: saber como as políticas públicas auxiliam ou, equivocadamente, freiam, a necessária mudança de rumos da economia.

Assim deve ser encarada a exploração das jazidas escondidas do petróleo brasileiro. Sua riqueza, corretamente redistribuída, deve favorecer, com participação decidida do governo, o surgimento de setores não convencionais dentro da matriz energética, como a eólica, a solar e a biomassa.

Da mesma forma, aplicar recursos para investimentos em inovação e desenvolvimento tecnológico, em tecnologias limpas, controle de poluição, proteção e recuperação ambiental, mitigação e adaptação às mudanças de clima. O negro do petróleo ajudando o verde da economia.

A construção da economia verde deve ser o carro-chefe da proposta social democrata no Brasil. Seu arrojo, a marca de sua modernidade, reside em colocar a variável ambiental no centro de seu modelo de desenvolvimento.

## :: Necessidade da governança global

Os dados sobre o aquecimento global provocado pela emissão antrópica dos gases de efeito estufa (GEEs), acendem luz amarela para o futuro. A concentração de CO<sub>2</sub> na atmosfera está provocando mudanças no clima global, afetando a vida do planeta. Esse fenômeno muda a dimensão do problema ambiental.

No fundo, a crise ecológica expressa uma crise da civilização e prenuncia a falência do modo de produção característico dos últimos séculos. O planeta Terra, mesmo agredido e alterado, continuará sua trajetória por bilhões de anos. Mas talvez não consiga garantir a qualidade da vida humana para o futuro.

O mundo exige uma governança global para enfrentar seu maior desafio. O Protocolo de Montreal, ao levar os países a abolirem a utilização industrial dos gases CFCs (clorofluorcarbonetos, responsáveis pelo buraco na camada de ozônio), mostrou a possibilidade exitosa de governança coletiva sobre a agenda mundial. Na questão, mais grave por certo, da mudança global do clima, inexistente caminho alternativo. Somente a articulação internacional, comandada pela ONU, conseguirá traçar adequadas estratégias comuns.

O Brasil não pode temer esse jogo internacional. Ninguém discorda que os maiores responsáveis pelo aquecimento global são as nações ricas, que há mais tempo devastaram suas florestas e expelem para a atmosfera, há séculos, os danosos gases oriundos de suas fortes economias. Também existe consenso sobre a necessidade dos países desenvolvidos cortarem mais fortemente suas emissões de GEEs.

Nada disso, entretanto, justifica uma posição defensiva nas negociações da ONU, como ocorrerá agora na Dinamarca. Os desastres previstos pelo aumento da temperatura serão sentidos por toda a Humanidade, independente das fronteiras dos países. Afinal, o planeta é um só, e se o esforço não for generalizado, ninguém se salvará.



*Acontece que o mercado, por si só, jamais conseguirá, no tempo hábil, caminhar no sentido desejado do desenvolvimento sustentável.*

## :: Novo paradigma da economia verde

Apenas combater a poluição e proteger as florestas com sua biodiversidade não basta na consecução do desenvolvimento sustentável. Quer dizer, não se trata mais, apenas, de consertar os estragos ambientais causados pelo crescimento da economia. Nem tampouco de aprimorar as tecnologias mantendo o padrão de produção. Não. O porvir exigirá algo mais profundo, uma verdadeira revolução.

Além do sentido altruísta da política nacional, há uma boa, e oportunista, razão para que o Brasil participe com liderança nesse processo. A necessária descarbonificação das economias vai provocar grandes modificações no modo de exploração, produção e no padrão do consumo mundial. Nessa transição, a durar décadas, o país poderá extrair vantagens comparativas, visto sua abundância em energias renováveis. As cadeias produtivas com baixa utilização de carbono se sobressairão no comércio mundial, agregando valor ambiental aos seus produtos.

As restrições impostas pela agenda ambiental não podem ser vistas como freio ao progresso material e humano, mas sim como chance para se construir uma nova economia, a economia verde: energia renovável, produção industrial com baixa intensidade em carbono, reflorestamento e seqüestro de carbono, conservação de água e biodiversidade, agricultura ecológica, tecnologias limpas. Novos conceitos de produção e consumo, nova cultura.

Favorece o país a juventude de sua economia, o amplo e diverso território tropical, com riquezas naturais abundantes, conjunto de fatores que, corretamente aproveitados, formam um potencial relativamente adormecido capaz de transformar o Brasil em uma potência ambiental.

Em síntese, a crise ambiental global, resultado do crescimento predatório da economia e do caráter consumista da sociedade, indica a necessidade de se construir bases sustentáveis para o desenvolvimento. E países como o Brasil só têm a ganhar nesse processo, fazendo crescer sua economia com qualidade de vida ao seu povo. Que ninguém duvide disso.

## ::Desenvolvimento com qualidade

Há meio século, pelo menos, importantes economistas e sociólogos questionam a forma como se mede o desenvolvimento das sociedades. O cálculo exclusivo do PIB como indicador mostra enormes deficiências, por privilegiar o aspecto econômico, a geração de riqueza, sem considerar sua distribuição na sociedade.

Especialmente no antigo terceiro Mundo, hoje países em desenvolvimento, nos quais a distribuição da renda mostra-se muito desigual, o mero crescimento econômico pode mostrar-se perverso à maioria da população. O caso brasileiro é exemplar.



*As cadeias produtivas com baixa utilização de carbono se sobressairão no comércio mundial, agregando valor ambiental aos seus produtos.*

Redistribuir a renda é fundamental para democratizar o processo de crescimento econômico. Mas apenas a renda não assegura boa qualidade de vida às famílias. Assim, desde 1990, o PNUD, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, recomendou o cálculo de um índice que combina a renda, a expectativa de vida e o acesso à educação, denominando-o de IDH, Índice de Desenvolvimento Humano. Fica claro, nessa discussão, que inexiste uma relação linear entre o crescimento da economia e o desenvolvimento da sociedade.

Amartya Sen, economista indiano, cumpriu papel fundamental nesse repensar do processo de desenvolvimento. Ele provocou um avanço nas idéias ao defender que, além da garantia dos direitos sociais básicos, como educação e saúde, uma sociedade desenvolvida deve ainda avançar na liberdade, ou seja, na capacidade das pessoas fazerem escolhas livremente, exercendo sua cidadania plena, participativa, culturalmente saudável. Sua inédita contribuição lhe rendeu o Prêmio Nobel em 1998.

Ao se acrescentar a variável ambiental na mensuração do processo de desenvolvimento, mais complexo ainda fica a equação. O cálculo do PIB, afinal, ao contabilizar apenas a

produção de bens e serviços, desconsidera o eventual prejuízo no estoque dos recursos naturais causado pelo crescimento ecologicamente perdulário. Em certo sentido, crescer a economia pode significar queda na sustentabilidade. Daí a importância conjunta da avaliação de natureza ambiental.

O desenvolvimento sustentável, em síntese, para ser corretamente medido, precisa incluir variáveis econômicas, medições sociais e culturais, e considerar mais ainda a influência sobre a qualidade ambiental, no ar, água, solos, biodiversidade e clima. A melhoria da qualidade de vida, portanto, na visão da sustentabilidade, a mais evoluída e complexa do desenvolvimento, exige crescimento da economia com oferta de emprego, boa renda, proteção social, plena cidadania, tudo somado à conservação do meio ambiente.

## :: Ecoatitude: a força da educação

Somente uma nova cultura, com responsabilidade sócio-ambiental, criará um ambiente onde cada empresa, cada governo e cada cidadão contribuirão, cada qual a seu modo, para a proteção do habitat da vida humana. Produção limpa e consumo sustentável serão, por certo, os mantras da nova sociedade. Mas não se evolui sem alterar as atitudes humanas. E as mudanças individuais, para ocorrerem, dependem basicamente de duas coisas: educação e mobilização social.

No início do ambientalismo, os idealistas que alertavam para os problemas ecológicos foram considerados “ecochatos”. Eles cumpriram papel fundamental na história. Nos tempos atuais, aqueles militantes solitários, visionários, precisam ser apoiados pelos “ecocidadãos”, pessoas conscientes, organizadas, interessadas em fazer a sua parte, em todos os lugares, no lar como no emprego, ajudando a pavimentar o caminho do futuro em paz com o meio ambiente.

Inexiste desenvolvimento sustentável sem povo ecologicamente educado. Somente uma revolução educacional será capaz de promover essa mudança de qualidade, levando o aprendizado sobre a sustentabilidade para dentro da sala de aula, a partir do ensino fundamental. Professores preparados, valorizados, bem remunerados cumprirão com orgulho essa tarefa. Os recursos do Pré-Sal, aliás, não poderiam encontrar melhor local que a escola pública para serem aplicados.

Mas apenas o conhecimento não basta. Além de saber, é preciso participar, cobrar, exigir dos políticos, do governo, das empresas, da mídia, da Igreja, envolver todos os segmentos sociais. O ecocidadão não apenas vive segundo as normas da sociedade sustentável, mas exerce uma militância, cumpre um papel renovador, participa da construção da sociedade ecologicamente equilibrada.



*O ecocidadão não apenas vive segundo as normas da sociedade sustentável, mas exerce uma militância, cumpre um papel renovador, participa da construção da sociedade ecologicamente equilibrada.*

## :: Visão de Futuro

O Governador José Serra repete sempre que governar exige visão meio “caolha”: um olho no presente, outro no futuro. Governantes simples penam no dia-a-dia e arrumam a casa; os estadistas, além de cuidar do cotidiano, planejam e constroem o futuro.

O PSDB deve formular propostas para a sociedade que vão além dos dilemas atuais, pensando nas gerações vindouras, nas crianças que ainda nem nasceram. Essa é sua maior responsabilidade: simbolicamente, significa colocar o verde entre o azul e amarelo das penas do tucano.